



# *Irlanda do Norte*

## **Uma Metodologia Equilibrada para Anistia, Reconciliação e Reintegração**

**Major John Clark, Exército Britânico**

**D**ESDE 1969 O Reino Unido (RU) vem tentando resolver o conflito na Irlanda do Norte por meio de anistia, reconciliação e reintegração (AR2). A pacificação dos conflitos na Irlanda do Norte proporciona valiosas lições para qualquer estudante de AR2 porque é um raro exemplo desses processos no contexto de uma democracia liberal ocidental. Esta discussão analisa os esforços britânicos de AR2, agrupando-os como um estudo de caso para ajudar a entender como esses três conceitos funcionaram no encontro de uma solução pacífica.

### **Os Termos e Processos**

O *Oxford English Dictionary* define a anistia como “uma absolvição geral, especialmente para infrações políticas.”<sup>1</sup> No entanto, neste artigo ampliei esta definição para incluir uma “anistia de armas” ou, como é conhecida na Irlanda do Norte, “um desarmamento”, o qual representa uma parte essencial do processo de paz como um todo. “Reconciliação” frequentemente significa o dismantelamento de barreiras sociais dentro das comunidades.<sup>2</sup> Embora esse significado permaneça importante neste caso, o termo também indica que grupos oponentes administram suas agendas políticas para que um diálogo significativo e progressivo fosse possível.<sup>3</sup> Por último, no contexto da

*FOTO: O líder Unionista Democrática Ian Paisley (à esquerda) e o chefe do Sinn Fein Gerry Adams (à direita) falam à mídia depois de concordar em deixar as animosidades de lado e compartilhar o poder de um novo governo da Irlanda do Norte. O Primeiro-Ministro irlandês Bertie Ahem e o da Inglaterra Tony Blair chamaram o acordo de “histórico”, “reconciliador” e “transformador”, Belfast, 26 de março de 2007.*

AFP, Paul Faith

Irlanda do Norte, “reintegração” sugere a união dos lados oponentes para formar um governo e sociedade viáveis, permitindo aos anistiados o desempenho de um papel na AR2.

Dado este entendimento dos termos, a AR2 ainda está ocorrendo na Irlanda do Norte, mas levará mais tempo para se verificar se será totalmente bem-sucedida. Embora pareça que o processo político já tenha sido concluído com a reunião da Assembléia da Irlanda do Norte em 8 de maio de 2007 e o término das operações de segurança das Forças Armadas britânicas em julho do mesmo ano (após 38 anos), a AR2 continuará por anos.

Embora o papel das forças militares britânicas nas operações de contra-insurgência tenha recebido grande parte da atenção e análise, foi apenas um segmento do processo mais amplo de AR2. Este artigo realizará uma análise geral, destacando a força militar como um fator importante ao invés de priorizá-la. Por intermédio da sugestão de maneiras como as forças britânicas realizaram contribuições positivas no processo de AR2 e pela realização de observações de advertência onde se pode argumentar razoavelmente que provocaram um impacto adverso busca-se atingir o objetivo deste estudo de caso, ou seja, proporcionar um insight no planejamento militar para situações semelhantes no futuro.

As raízes do conflito na Irlanda do Norte foram principalmente políticas e econômicas.<sup>4</sup> A solução desses chamados “problemas” ocorreu em sua maior parte por meio de acordos políticos encorajados com incentivos econômicos. No entanto, a AR2 não se realizou num vácuo de política e economia; ao invés disso, ocorreu num ambiente de medo, intimidação e violência, com conseqüências de longo alcance. Como David Bloomfield escreveu: “A natureza prolongada da violência tem, por meio de um processo de institucionalização que abrangeu uma geração, produzido efeitos profundos em aspectos estruturais e sociais que são menos receptivos à quantificação; por exemplo, a difusão e normalização dos paramilitares, o crescimento da intimidação como uma limitação do comportamento social e o crescimento da indústria de ‘segurança’.”<sup>5</sup> A pacificação do conflito exigiu um componente de segurança para lidar com a violência e intimidação que ocasionaram o medo. Por sua vez, o medo impedia o progresso político e econômico. Essas três dimensões — política, econômica e de segurança — influenciaram uma a outra nas dinâmicas do progresso social de AR2 na Irlanda do Norte.

Como Michael Cunningham escreveu: “Progresso político, aspectos de reforma social, a derrota do terrorismo e o progresso econômico são mutuamente incentivadores e os avanços (ou regressões) numa área podem ter um efeito colateral em outras.”<sup>6</sup> O Governo do Reino Unido esteve incapaz de progredir verdadeiramente na Irlanda do Norte até que estabelecesse um equilíbrio entre as operações de segurança e o diálogo político progressivo incentivado pelo crescimento econômico. Por meio do exame deste ato de equilíbrio, a seguinte análise descreve como as dimensões políticas, econômicas e de segurança de AR2 influenciaram entre si e formaram um processo de pacificação na Irlanda do Norte.

Depois de discutir a dimensão desse modelo, este artigo examina os processos de anistia, reconciliação e reintegração na Irlanda do Norte para avaliar a contribuição de cada um deles à pacificação do conflito. Esta

*O Major John Clark, do Exército Britânico, é estudante na Escola de Estudos Militares Avançados no Forte Leavenworth, Kansas. Possui os títulos de Bacharel e Mestrado em estudos orientais (árabe com estudos islâmicos e história) pela escola St. Hugh's College, na Universidade Oxford. Também é graduado da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA. Major Clark é engenheiro real que já serviu durante operações na Irlanda do Norte, Chipre, Afeganistão e Iraque. O militar já publicou um artigo no jornal Islamic Culture.*

parte do artigo explora a importância das condições existentes no início do processo. A conclusão-chave do estudo de caso é que no planejamento para a execução das operações de pacificação de conflitos, governos e em particular forças armadas, devem considerar cada ação com respeito a seu impacto no sucesso de AR2 em longo prazo. Para forças armadas, as operações de contra-insurgência não devem ser consideradas “um fim em si mesmo”, porém, ao invés disso, um ingrediente-chave no estabelecimento da base para a AR2.

## Antecedentes

Após o poder ter sido transferido do Governo do Reino Unido à Assembléia da Irlanda do Norte em 1920, a facção em favor de uma união política com o Reino Unido, os unionistas (principalmente protestantes), dominou o país.<sup>7</sup> Sua oposição, integrada pelos nacionalistas (principalmente católicos), desejava uma união política com a República da Irlanda, pela qual derivava grande parte da sua força.<sup>8</sup> Muita animosidade existia entre as duas comunidades, particularmente com os unionistas discriminando contra os nacionalistas em direitos de votação e de moradia.<sup>9</sup> Como as divisões políticas e sociais cresceram, a comunidade católica apelou ao Reino Unido por proteção. Em 1969, as autoridades dominadas pelos unionistas responderam de maneira particularmente agressiva às campanhas de direitos humanos dos católicos. Conseqüentemente, as forças militares britânicas foram desdobradas para a província, aparentemente como uma força imparcial com o objetivo de proteger a comunidade católica. Quando uma tentativa inicial de reconciliação fracassou, o Governo do Reino Unido mais uma vez assumiu a responsabilidade pela Irlanda do Norte em 1972. Isso sinalizou o início de mais de 25 anos de violência paramilitar que eventualmente levou à morte de mais de 3.600 pessoas de uma população de um pouco mais de 1,5 milhão, além de inúmeros feridos e pessoas de luto.

## O Impacto na Sociedade

Bloomfeld observa, na sua “abordagem estruturada” ao estudo da pacificação de conflitos na Irlanda do Norte, que “trabalhos de relações comunitárias funcionam para desenvolver relações públicas mais proficientes que facilitarão a obtenção de soluções políticas mais

adequadas.”<sup>10</sup> Tal abordagem estrutural mostra que desenvolvimentos políticos proporcionam à sociedade objetivos benéficos mútuos pelos quais pode se aspirar AR2.

Uma “abordagem cultural” pode complementar uma abordagem estrutural por meio do estudo de eventos do nível local até o nível político. Por meio desta perspectiva, os desenvolvimentos econômicos contribuem ao processo político e proporcionam à sociedade o incentivo para acreditar que a AR2 seja preferível ao continuado conflito entre facções. A sociedade em geral ganha com a sinergia do desenvolvimento econômico mais livre e com as metas de ampliação da harmonia política.

Quando as operações de segurança são aplicadas eficazmente e desencorajam o reinício das hostilidades, podem estabelecer um ambiente no qual a confiança mútua pode se tornar uma parte daquela sinergia social. Por outro lado, as táticas e alegações opressivas de parcialidade criam desconfiança e obstáculos ao progresso na sociedade. Em *Beyond Violence: Conflict Resolution Process in Northern Ireland* (Além da Violência: o Processo de Pacificação de Conflitos na Irlanda do Norte), Mari Fitzduff reivindica que: “Cada vez mais as forças de segurança perceberam que sua ocasional interação hostil com as comunidades... e táticas que às vezes empregavam se tornaram um problema para o conflito em si mesmo.”<sup>11</sup> O objetivo das forças de segurança deve ser priorizado no aprimoramento do progresso interligado das metas políticas e econômicas. Como uma dimensão importante de AR2, as operações de segurança devem evitar se tornar um impedimento às outras duas linhas de operações.

## A Dimensão Política

Existem quatro áreas-chave de AR2 no campo político:

- o processo político,
- a interação dos principais partidos políticos,
- o envolvimento dos poderes regionais e
- o envolvimento de observadores externos como intermediários.

**O Processo Político.** O processo político tem sido essencial à AR2 na Irlanda do Norte. Inicialmente, o enfoque na segurança e na percepção do conflito como um jogo de soma zero, no qual um partido ganharia e outra perderia, complicou a AR2. A segurança, ou pelo menos



AP

Soldados britânicos instalam arame farpado entre os distritos católicos e protestantes na Rua Cupar, Belfast, na Irlanda do Norte, 10 de setembro de 1969.

um comprometimento das facções para cessar a violência, renunciá-la e iniciar um desarmamento, se tornou uma pré-condição para o diálogo político. Com o estabelecimento do Conselho Anglo-Irlandês em 1983, o Governo do Reino Unido começou a dar um passo para alcançar uma solução política. O Acordo Anglo-Irlandês de 1985 estabeleceu uma conferência intergovernamental para discutir assuntos de interesse mútuo na Irlanda do Norte. Em dezembro de 1993, uma declaração conjunta formou a base para um processo de paz, eventualmente denominado “Um Novo Esboço do Acordo”, que foi implementado em fevereiro de 1995. O processo propôs um método para se chegar a uma solução no futuro que não prejudicasse as aspirações dos lados oponentes na Irlanda do Norte. Como tal, pavimentou o caminho para o diálogo político que resultou no Acordo da Sexta-Feira Santa (*Good Friday Agreement — GFA*) em 10 de abril de 1998. Aquele acordo, como descrito pelo Primeiro-Ministro Bertie Ahern, foi “um mecanismo preciso para conseguir uma Irlanda unida, possível somente com o consentimento do povo irlandês, definido e aceito por todos os

lados.”<sup>12</sup> O processo político terminou com o restabelecimento da Assembléia da Irlanda do Norte em maio de 2007.

Os negociadores consideraram cada acordo no contexto de realizações anteriores e determinaram as metas com seus respectivos prazos estabelecidos para o progresso futuro. Mesmo que os prazos finais não fossem conseguidos, a existência de cronogramas proporcionou ao processo político esperança e direção.

**A interação dos principais partidos políticos.** Apesar dos cronogramas, desacordos veementes entre os principais partidos políticos, alimentados pelas posturas dos partidos como representantes das comunidades progressivamente mais militantes e divididas, inibiram o desenvolvimento político. Efetivamente, a maledicência estava tão forte que muitos consideravam a reunião de 2007 entre o líder do Partido Unionista Democrata Ian Paisley e o Presidente de Sinn Fein Gerry Adams simplesmente como o primeiro sinal de progresso.<sup>13</sup> De fato, a reconciliação dos dois partidos políticos principais da Irlanda do Norte foi o oposto.

Após três décadas de oposição fervente, esta primeira reunião física entre os líderes nacionalistas e unionistas foi um marco decisivo. Demonstrou o comprometimento desses inimigos amargos a trabalharem juntos. A estreita associação entre os partidos políticos e as organizações paramilitares — Sinn Fein e o Exército Republicano Irlandês (*Irish Republican Army — IRA*) no lado nacionalista e o Partido Unionista Progressivo (*Progressive Unionist Party — PUP*), Força de Voluntários de Ulster (*Ulster Volunteer Force — UVF*), Partido Democrático de Ulster (*Ulster Democratic Party — UDP*) e os Lutadores pela Liberdade de Ulster (*Ulster Freedom Fighters — UFF*) no lado unionista — tinha se tornado um grande obstáculo ao progresso político. O Reino Unido se recusara a tratar com partidos políticos tão estreitamente ligados a grupos terroristas e criminosos. Como Fitzduff escreveu em 2002: “Os objetivos dos políticos não se diferenciaram de forma significativa dos objetivos de muitos dos paramilitares e durante o conflito os partidos políticos constitucionais frequentemente acusaram-se entre si de conspirar secretamente com os diferentes paramilitares.”<sup>14</sup> Essas eram as dificuldades enfrentadas pelos principais partidos políticos.

**Envolvimento dos poderes regionais.** De forma argumentável, a decisão do Primeiro-Ministro britânico Tony Blair de terminar o desarmamento como uma condição de diálogo e seu convite a Gerry Adams para reunir com ele na Rua Downing superaram o impasse. Trazer Sinn Fein ao processo político quando sua associação com o IRA ainda o prejudicava foi um passo corajoso que foi possível apenas porque Blair teve uma vitória esmagadora na eleição geral de 1997.<sup>15</sup> Porém Blair, ao fazer isso, obteve um verdadeiro progresso para a AR2.

As atitudes mudadas das nações com interesse na Irlanda do Norte foram fundamentais ao progresso de AR2. Para o Governo do Reino Unido, inicialmente o conflito era um assunto interno para se resolver por meio da imposição de sua vontade nos recalcitrantes. Quando essa política não conseguiu ir para frente, o Reino Unido transferiu o controle a políticos locais e começou a tratar com outros interessados regionais, incluindo a República da Irlanda e a União Européia (UE). Por sua parte, a República da Irlanda abandonou

sua relativamente isolada posição para tratar com o Reino Unido do interesse dos nacionalistas.<sup>16</sup> Bloomfield sugere que “a parceria entre Dublin e Londres exemplificada pelo Acordo Anglo-Irlandês de 1985 representou a mudança mais importante nos parâmetros da política estrutural britânica.”<sup>17</sup> Com o envolvimento positivo dos vizinhos interessados e dos poderes regionais, havia a possibilidade de progresso verdadeiro no conflito em Ulster.

**Observadores externos como intermediários.** A internacionalização do conflito instigou os oponentes a fazerem que a pacificação realmente fosse possível. Como Seamus Dunn afirma, “Embora seja difícil encontrar um grau de influência de atores externos, tais como os Estados Unidos e a União Européia, não há dúvidas de que intervenções da comunidade internacional tenham contribuído ao processo de paz.”<sup>18</sup> O envolvimento dos Estados Unidos (na pessoa do Senador George Mitchell) pavimentou o caminho para o diálogo político ao abrir linhas de comunicação entre os partidos políticos nacionalistas e o Governo do Reino Unido.

Apesar das objeções do Governo do Reino Unido, o Presidente Bill Clinton convidou Gerry Adams à Casa Branca em 1994. Por isso, Adams permaneceu uma parte fundamental do processo de AR2 por todo o seu mandato.<sup>19</sup> Essas ações elevaram a AR2 ao nível internacional, forçando o Governo do Reino Unido a ser mais efetivo e responsável por seus métodos. No final, essa atitude levou à decisão de proporcionar a Sinn Fein um assento na mesa de negociações como um partido interessado, um passo essencial no processo de AR2.

Uma vez que os Estados Unidos tinham internacionalizado o assunto, a União Européia se tornou cada vez mais envolvida no processo. A UE apoiou a AR2 econômica e politicamente. Devido a sua experiência na criação de instituições federais, a UE chegou a ser um dos mais importantes intermediários, orientando o processo de paz pelo Acordo da Sexta-Feira Santa e trazendo desenvolvimento econômico tangível que ajudou a promover um continuado progresso político.

O papel da UE salienta a superposição entre aspectos políticos e econômicos da AR2. Em essência, a UE vinculou o progresso político a incentivos econômicos, os quais incentivaram os

partidos a desenvolverem o processo político. O povo que representavam começou a ver o processo político como economicamente compensador. Por sua vez, o desenvolvimento e a cooperação política ajudaram a abrir fronteiras e incentivaram o comércio. Assim, a dimensão política estabeleceu a base para mais desenvolvimento econômico e este (com a esperança que representasse um futuro melhor) proporcionou o incentivo para mais desenvolvimento político. Este ciclo provou ser um motivador poderoso na Irlanda do Norte e demonstra a importância do relacionamento sinérgico entre políticas e medidas econômicas em AR2.

Voltando para a segurança, se a ação militar é a “continuação da comunicação política”, 10 anos sem diálogo político real não significa 10 anos sem atividade política.<sup>20</sup> Quanto mais tempo o conflito militar continuou, mais entrincheiradas politicamente as posições se tornaram e menor foi a esperança do governo de reengajar os partidos políticos. Uma operação de segurança que dividiu as comunidades para manter a paz não era condizente para o diálogo político. Além do mais, a associação estreita dos partidos políticos e as organizações paramilitares significava que as ações militares na Irlanda do Norte podem desproporcionalmente influenciar o processo político. Em essência, a influência de intermediários externos mudou a natureza dessas associações.

Nas fases iniciais de AR2, a ênfase estava na segurança para o detrimento das outras dimensões do processo. Quando os participantes viram o conflito em termos militares, as forças de segurança e os ramos políticos militares descobriram que era muito mais difícil controlar o comportamento militante. O progresso verdadeiro em AR2 ocorreu quando a operação de segurança corrigiu o desequilíbrio ao subordiná-lo ao processo político. Foi necessária a influência de poderosos interesses externos para fazer isso acontecer. Quando os lados oponentes se comprometeram à interação política com seus inimigos declarados, foram capazes de ver além de um jogo de soma zero e de descobrir uma alternativa para obter sucesso sem meios violentos. A pressão de intermediários externos ajudou a compeli-lo o mecanismo de segurança e a diminuir sua postura dominante.

### A Dimensão Econômica

O desenvolvimento econômico era uma condição-chave para uma AR2 eficaz na Irlanda do Norte. A pobreza era responsável por muitas das causas principais do conflito. A discriminação de emprego contra a comunidade católica contribuiu à crescente animosidade ao Governo do Reino Unido.<sup>21</sup> Como acima mencionado, os mercados se abriram na Irlanda do Norte somente após a internacionalização do problema, que juntamente com os incentivos econômicos estimularam o progresso político.

O envolvimento da comunidade internacional e da UE foi particularmente importante no desenvolvimento econômico da Irlanda do Norte. O financiamento do Programa para Paz e Reconciliação da UE (às vezes referido como o “*PEACE Program*”) chegou a ser mais de €1000 milhões (um bilhão americano). Suas metas de inclusão social, desenvolvimento econômico e emprego, regeneração urbana e rural, e cooperação através das fronteiras diretamente relacionaram-se à AR2.<sup>22</sup>

Em razão de que a entrega de ajuda foi contingente dos interesses dos países doadores, o desenvolvimento econômico da Irlanda do Norte teve um impacto além das fronteiras geográficas da região. A compensação de ajuda por interesse teve o efeito secundário benéfico de retornar a Irlanda do Norte ao sistema econômico mundial.

A dimensão econômica também afetou a dimensão de segurança. O desemprego proporcionou aos grupos paramilitares uma boa base de recrutamento e compeliu muitos deles a cometer atividades criminosas para financiar suas campanhas de terror.<sup>23</sup> O contrabando de combustível e de drogas e os roubos de bancos exigiam muito dos serviços de segurança, resultando em ocasionais medidas de segurança severas. Com seu efeito adverso no comércio legal, essas medidas agravaram a depressão econômica e aumentaram a necessidade de mais segurança. Travando-se uma campanha militar para o término do terrorismo e de atividades criminosas sem levar-se em consideração as conseqüências econômicas criou-se um círculo vicioso, o qual tolheu o crescimento econômico na Irlanda do Norte. Em resumo, incentivos econômicos só puderam florescer onde ocorreram operações de segurança e progresso político.

Eventualmente, o Governo do Reino Unido e outros participantes perceberam que incentivos econômicos eram motivadores poderosos e os empregaram com bom efeito. Ao formar-se vinculações comerciais entre os lados do conflito, foi-se capaz de estabilizar a situação de segurança e de obter progresso político. Com o decorrer do tempo, isso incentivou uma sociedade fraturada a pôr de lado suas diferenças políticas em favor da busca da prosperidade.

O reconhecimento pelo Governo do Reino Unido dos interesses da República da Irlanda na Irlanda do Norte também rendeu grandes dividendos econômicos. A República alcançou crescimento econômico sem precedente no final dos anos 80 e no início da década de 90. Seu PIB cresceu por 53% entre 1988 e 1994 — o crescimento mais rápido na UE durante o período.<sup>24</sup> A Irlanda do Norte conseguiu pegar uma carona no sucesso, e de 1987 a 1997, o valor nominal das exportações da Irlanda do Norte à República da Irlanda aumentou 92,3% enquanto que as importações da República da Irlanda aumentaram 68,3%.<sup>25</sup> Este crescimento contribuiu para uma radical mudança para melhor na economia da Irlanda do Norte com

um “crescimento de 2,4% ao ano nos próximos seis anos que terminaram em 31 de dezembro de 1996, comparado com os 0,9% da Grã Bretanha como um todo para o mesmo período.”<sup>26</sup>

Do auge de 17,2% em outubro de 1986, o desemprego baixou rapidamente a 7,6% em novembro de 1997, seu nível mais baixo em aproximadamente 17 anos. Este progresso teve duas conseqüências principais. Primeiro, removeu uma causa do descontentamento e da marginalização que tornaram atraentes as atividades criminosas das organizações paramilitares. Segundo, pessoas empregadas se tornaram partes interessadas na sociedade e procuraram um ambiente pacífico e politicamente progressivo no qual podiam trabalhar e prosperar. Como Kim Cragin e Peter Chalk destacaram: “Alguns grupos terroristas tinham oferecido incentivos financeiros e adicional apoio familiar aos recrutas... políticas de desenvolvimento social e econômico... ajudaram a reduzir a fonte de recrutas potenciais por meio da redução de suas reclamações percebidas e de proporcionar alternativas viáveis ao terrorismo aos membros dessas comunidades.”<sup>27</sup>



AFP, Paul Faïth

Um helicóptero britânico paira sobre um posto de observação perto de Camlough, 25 de outubro de 2001. Engenheiros militares começaram a desmontá-lo após o IRA ter anunciado que iniciou o processo de desarmamento.

Ao destacar o impacto mais amplo do desenvolvimento econômico na reconciliação social, Cragin e Chalk apontam para o surgimento de uma nova classe média na Irlanda do Norte: “Membros deste setor demográfico particular já formaram importantes redes de mediação para reduzir a violência entre os partidários dos grupos militantes protestantes e aqueles solidários à causa do Exército Republicano Irlandês Real.”<sup>28</sup>

### A Dimensão de Segurança

Desde o início, as forças de segurança na Irlanda do Norte foram planejadas para servir como uma ameaça visível para assegurar que os partidos estivessem envolvidos no processo político. A desescalada foi planejada para ser uma ferramenta negociadora para incentivar o processo político. No entanto, o fracasso de ser imparcial ou a percepção de imparcialidade, prolongou o processo. Por isso, o emprego de forças militares para uma solução de segurança era prejudicial ao progresso político em AR2. A operação de segurança se envolveu num fim em si mesmo com pouca consideração dada aos desenvolvimentos políticos (e econômicos), contanto que o ambiente fosse perigoso. O Reino Unido empregou seu exército nestes anos iniciais para reagir às acusações de parcialidade por parte da Polícia Real de Ulster, mas a presença do exército politizou o esforço de segurança e minou a autoridade policial.<sup>29</sup> Quando o Acordo da Sexta-Feira Santa e a subsequente Comissão de Patton criaram o Serviço Policial da Irlanda do Norte em novembro de 2001, as forças policiais finalmente começaram a desempenhar um papel eficaz em AR2.<sup>30</sup>

Também, a situação de segurança impactou na área econômica, como acima mencionado. Embora os controles fronteiriços e as ampliadas medidas de segurança interna (e.g. segregação) minassem os esforços paramilitares ao eliminar o contrabando e o mercado negro como fontes de financiamento, reprimiram o comércio legal. Ironicamente, na ausência de substancial desenvolvimento econômico e social que aborda o desemprego, o comércio ilegal em que as organizações paramilitares se engajaram chegou a ser a fonte do meio de vida para muitos na Irlanda do Norte. A eliminação desta oportunidade de ganhar sem proporcionar meios de vida alternativos foi impopular e aumentou descontentamento.

S.E. Sneddon escreve sobre os primeiros anos, “Erros foram cometidos; a abordagem colonial severa dos anos 70 que utilizava internamento, interrogatórios brutos, toques de recolher e buscas de áreas era extremamente contraproducente e gerava profunda simpatia para o IRA.”<sup>31</sup> O Governo do Reino Unido descobriu que era difícil parecer imparcial quando todos consideravam que seu exército estivesse parcial ao lado unionista. O governo começou a reagir a essas alegações ao desenvolver novas forças policiais, embora as forças

***Trazendo Sinn Fein ao processo político quando sua associação com o IRA ainda o prejudicava foi um passo corajoso...***

armadas tivessem um papel nisso também. Como Sneddon observou: “Uma das mais importantes realizações das forças armadas foi a capacidade de se envolver e ficar mais em linha com o progresso político, tornando-se uma parte vital, mas sempre subordinada, da campanha geral.”<sup>32</sup> Quando as forças armadas se subordinaram ao processo político, as operações de segurança começaram a ter um impacto muito mais positivo no ciclo do progresso econômico e político.

Em resumo, inicialmente as forças de segurança na Irlanda do Norte impuseram a paz e protegeram os cidadãos por meio da persuasão dos lados oponentes que os benefícios econômicos, políticos e sociais de AR2 sobrepesavam os benefícios da continuação do conflito. Eventualmente esta presença de segurança criou um ambiente relativamente seguro para AR2, mas os progressos econômicos e políticos verdadeiros se tornaram possíveis somente quando a polícia tinha autoridade sobre as forças armadas e o povo acreditou que as forças de segurança estivessem imparciais. As seguintes seções descrevem a AR2 na maneira de como essas dimensões formaram a pacificação do conflito.

### A Anistia

Quando discutindo a AR2, deve-se lembrar que certas condições têm que ser atingidas para prosseguir com um processo eficaz. Especificamente, tem que existir um acordo

político inicial, embora, como abaixo descrito, a anistia freqüentemente passa a formar parte deste acordo inicial. Como Brian Gormally escreve: “As políticas têm que chegar primeiro. Somente... na base de uma solução política verdadeira, será fundamental o apoio de desmobilização e reintegração... componentes da reabilitação e desenvolvimento pós-guerra.”<sup>33</sup> No caso da Irlanda do Norte, este desenvolvimento político foi incorporado ao Acordo da Sexta-Feira Santa, no qual a anistia foi central. Abaixo estão análises separadas da anistia política e do desarmamento na Irlanda do Norte.

**A anistia política.** A anistia é sempre uma parte importante na pacificação de conflitos. Como Gormally e McEvoy descobriram na sua pesquisa de 1995 sobre a libertação e reintegração de prisioneiros politicamente motivados no mundo inteiro, “esse assunto é essencial para qualquer processo de paz que segue um conflito político. Sem levar em consideração as posições particulares promulgadas pelos partidos negociadores em qualquer tempo, argumentamos que, até se a questão de prisioneiros for concordada, nada que venha a criar uma solução final pode ser acordada.”<sup>34</sup> A anistia de prisioneiros na Irlanda do Norte foi importante por duas razões: foi uma medida válida para que o Governo do Reino Unido ganhasse confiança e muitos dos principais participantes necessários para liderar os processos de reconciliação e reintegração estavam na cadeia, estando excluídos do processo. A anistia era, necessariamente, um precursor para a reconciliação e a reintegração na Irlanda do Norte.

Um ponto adicional a observar é que freqüentemente a anistia aparece como uma concessão, de um lado para outro, neste caso do Governo do Reino Unido para os insurgentes e terroristas. Para muitos, essa concessão era e permanece desagradável. No entanto, o Governo do Reino Unido não venceu o combate de contra-insurgência nem derrotou o IRA, como os autores de *An Analysis of Military Operations in Northern Ireland* (Uma Análise das Operações Militares na Irlanda do Norte) concluíram: “Deve ser reconhecido que o Exército não “ganhou” em nenhuma forma de atuação reconhecível, ao invés disso conseguiu seu resultado final desejado, o que permitiu o estabelecimento de um processo

político sem inaceitáveis níveis de intimidação.”<sup>35</sup> Tinha, como acima mencionado, levado os vários beligerantes ao ponto onde uma solução negociada foi mais atraente do que a resistência continuada. Pela mesma razão, evidentemente o Governo do Reino Unido também tinha chegado ao ponto onde uma solução negociada serviu seus próprios interesses, e para isso, ao entrar no processo, tinha que estar preparado para fazer concessões da mesma maneira que outros partidos.

Pode-se argumentar que, no término do violento conflito armado, o Governo do Reino Unido tinha a obrigação moral de proporcionar melhores condições para o futuro daqueles que o Governo tinha “desempregado”. Tinha que haver pelo menos um reconhecimento parcial de uma obrigação de incluir na nova sociedade aqueles que tinham lutado por duas gerações para unir a Irlanda e retirar os britânicos empregando qualquer meio. Jonathon Moore advoga este ponto de vista: “Uma olhada aleatória pelos milhares de casos jurídicos que levaram a uma condenação de insurgentes mostra um retrato complexo no qual o infrator individual é preso num ciclo de violência. É um dos comentários mais ouvidos entre os círculos unionistas e republicanos (nacionalistas), que a maioria dos jovens que acaba em prisão não teria chegado até lá se não fosse por causa dos “problemas”. Estatisticamente pelo menos, isso é um ponto de vista sustentável.”<sup>36</sup>

A anistia não era um novo conceito aos britânicos na Irlanda do Norte. Como Moore escreveu: “Normalmente, a Grã-Bretanha tem descoberto que é mais inteligente soltar infratores políticos irlandeses antes que tenham servido toda ou até uma parte significativa de suas sentenças. O realismo político sugeriu aos políticos britânicos que o encarceramento continuado de “patriotas” foi um impedimento e não um benefício à realização de estabilidade política.”<sup>37</sup> De fato, houve várias anistias durante os “problemas” em resposta aos cessar-fogos. Por exemplo, 36 prisioneiros receberam a anistia após o primeiro cessar-fogo em 1994 e mais 25 entre julho de 1997 e abril de 1998.<sup>38</sup> No entanto, o já sensível assunto de anistia foi elevado a outro nível quando, no Sinn Fein Ard Fheis de 1994, prisioneiros nacionalistas apresentaram uma moção afirmando que “a libertação de todos os prisioneiros era uma exigência republicana baseada nos

méritos de justiça — não haveria prisioneiros se não pelo conflito causado pela usurpação da soberania irlandesa pelos britânicos”.<sup>39</sup> Como resultado, essa afirmação colocou o Governo do Reino Unido numa posição difícil. Ao sugerir que qualquer anistia geral no futuro seria o equivalente na Grã-Bretanha, admitindo-se que tivesse usurpado a soberania irlandesa. Criou-se pressão que poderia ter impedido mais progresso. Felizmente, o Governo do Reino Unido foi capaz de superar o retórico e concordou com uma anistia geral rápida no Acordo da Sexta-Feira Santa. A concessão da anistia geral em face de tal discurso provocativo provavelmente serviu para aumentar a confiança que os partidos nacionalistas tinham no Governo do Reino Unido.

No Acordo da Sexta-Feira Santa, os governos do Reino Unido e da Irlanda se comprometeram a estabelecer “mecanismos para prover um programa acelerado para a libertação de prisioneiros.”<sup>40</sup> Eles observaram que aqueles incluídos nas provisões do acordo devem, pendente uma análise individual, ser libertados dentro de dois anos após a afirmação do acordo.<sup>41</sup> Contudo, embora uma anistia geral seja necessária para iniciar o processo de reconciliação e reintegração, também se provou divisões, como imaginado, na sociedade da Irlanda do Norte. Dado que a grande maioria daqueles que seriam libertados eram nacionalistas, pode-se entender a preocupação sentida pela comunidade unionista sobre a libertação daqueles prisioneiros (aproximadamente 150). Como o Primeiro-Ministro Blair disse: “A libertação antecipada de prisioneiros paramilitares... profundamente afetou as emoções das pessoas.”<sup>42</sup> Ian Paisly foi particularmente veemente com sua oposição.<sup>43</sup>

Por outro lado, a anistia também tinha outros dois principais efeitos no processo político. Primeiro, a influência de prisioneiros paramilitares, que antes era considerável, foi significativamente reduzida e para realizar seus objetivos desejados ex-militantes foram conduzidos a trabalhar por meio de partidos políticos.<sup>44</sup> Fitzduff aponta à emergência de vários novos partidos políticos no fim da década de 90 que recrutaram grandes números de ex-paramilitares como por exemplo o Partido Unionista Progressivo e o Partido Democrático de Ulster.<sup>45</sup> Segundo, muitos dos paramilitares têm sido diretamente envolvidos no desenvolvimento do processo de paz.<sup>46</sup> Fizeram

isso ao estar politicamente ativos ou ao assumir papéis de liderança nos processos de reconciliação e reintegração. Provavelmente o melhor exemplo é Martin McGuinness, um condenado terrorista superior do IRA que se tornou o principal negociador do Sinn Fein durante o Acordo da Sexta-Feira Santa. McGuinness atualmente exerce o cargo de vice-ministro da Irlanda do Norte.

**O desarmamento.** Com o reconhecimento que a rendição de grandes quantidades de armas seria uma parte essencial do processo de paz geral, o Governo do RU exigiu o “desarmamento” como uma condição principal para a negociação, particularmente com o IRA e o Sinn Fein. No entanto, havia uma disparidade entre as condições exigidas dos paramilitares nacionalistas e as requeridas pelos grupos unionistas. O IRA se recusou firmemente a render suas armas sem evidência de ação recíproca por parte dos unionistas. Como já vimos, no final, essa condição foi retirada de acordo com os “Princípios Mitchell”.<sup>47</sup> Ao invés disso, o desarmamento chegou a ser parte da anistia do Acordo da Sexta-Feira Santa. Não obstante, permaneceu um assunto contencioso. Embora o IRA reivindicasse que tenha removido muito de seu arsenal de serviço, sua rejeição de proporcionar evidências fotográficas da destruição desse material permanece uma preocupação unionista.

Duas lições positivas surgiram do desarmamento na Irlanda do Norte: a flexibilidade entre as partes interessadas permitiu essencialmente uma redução nas exigências iniciais; e, semelhante ao processo político de uma maneira geral, o envolvimento de participantes internacionais ajudou no processo de desarmamento. E como o honroso Mitchell B. Reiss, emissário especial do Presidente e do Secretário de Estado para o Processo de Paz da Irlanda do Norte, escreveu, “O Acordo da Sexta-Feira Santa estabeleceu um processo de desarmamento dos paramilitares que foi verificado pela Comissão Independente Internacional de Desarmamento (*Independent International Commission on Decommissioning — IICD*). Esse processo deixou os grupos paramilitares evitar a percepção de que estavam devolvendo suas armas ao governo britânico por meio da utilização de um órgão internacional para resolver o assunto de desarmamento.”<sup>48</sup> Não obstante, embora o processo de desarmamento ganhasse a credibilidade da

presença de um intermediário externo, permanece um assunto contencioso com potencial para problemas futuros.

## A Reconciliação

Como acima definido, a “reconciliação” leva à reunião de agendas políticas oponentes ao ponto em que o diálogo progressivo e significativo pode se tornar possível. Esta forma de reconciliação, resultando num acordo de paz, parece necessária de uma maneira geral para o sucesso do processo de AR2 e sua reintegração em particular.

É possível que a reconciliação social seja o processo da AR2 mais difícil de se desenvolver. Como Daniel Bar-Tal e Gemma Bennink escreveram: “Sugerimos que é o processo de reconciliação que constrói uma paz estável e duradoura.”<sup>49</sup> A reconciliação clama por uma mudança social e mostra as intransigências que dificultam o processo. Bar-Tal e Bennink prosseguem: “A reconciliação vai além da agenda de pacificação de conflitos formal até uma mudança de motivações, metas, crenças, atitudes e emoções da maioria dos membros da sociedade com respeito ao conflito.”<sup>50</sup>

Assim, a reconciliação é parcialmente difícil de conseguir-se em sociedades onde identidades separadas têm evoluído.

Na Irlanda do Norte essas identidades têm convivido ao redor de rituais e simbologias. Durante o tempo dos “problemas”, murais e lugares conhecidos adquiriram significância e chegaram a demarcar os territórios de grupos rivais. Desfiles, em particular os dos unionistas em Portadown e no sul de Belfast, ficaram símbolos icônicos que serviram para dividir a sociedade.<sup>51</sup> Porém, a subordinação das preocupações dos grupos aos interesses da comunidade em geral é o que sustenta o processo de reconciliação.

Embora os partidos principais na Irlanda do Norte não estivessem preparados para ceder o que eles consideravam direitos, as forças de segurança desempenharam um papel valioso ao tentar aliviar, por meio de negociações ou do emprego de barricadas ou de obstáculos para controlar o público, a fricção causada pelas passeatas. Além de manter a ordem pública, essas intervenções ajudaram o processo de reconciliação por meio de limitação das confrontações entre os lados oponentes. A atenção foi desviada das mensagens



Murais unionistas numa área protestante, Belfast, 14 de julho de 2006.

confrontantes das passeatas para uma antipatia às forças de segurança que tentaram lhes negar seus “direitos”.

Se o objetivo final de reconciliação é construir a base de uma descrição comum e desenvolver uma identidade compartilhada, as passeatas indicam que o processo está longe de ser resolvido na Irlanda do Norte. De fato, os principais lados consideram o Acordo da Sexta-Feira Santa e seu resultante diálogo como uma oportunidade de continuar a buscar suas próprias agendas sob o esboço de seus ideais separatistas. Parece haver pouco interesse no desenvolvimento de uma identidade comum, então se pode concluir que, contanto que isso permaneça, a perspectiva de paz para longo prazo estará reduzida.

Curiosamente, em seu artigo “Reconciliation as a Dirty Word: Conflict, Community Relations and Education in Northern Ireland” (*A Reconciliação como uma Palavra Suja: Conflito, Relações Comunitárias e Educação na Irlanda do Norte*), Lesley McEvoy, Kieran McEvoy e Kirsten McConnachie argumentam que o termo “reconciliação” descreve inapropriadamente o processo na Irlanda do Norte. Para muitos envolvidos, “reconciliação” está associada estreitamente às demais relações comunitárias e a implicação que suas próprias identidades são impedimentos ao progresso. Além do mais, em particular para nacionalistas, o termo é sugestivo dos programas institucionalizados pelo Governo do Reino Unido. No seu ponto de vista, o Reino Unido deveria ter sido envolvido no processo, e não o imposto.<sup>52</sup>

O mesmo artigo também salienta o papel essencial desempenhado pelos ex-combatentes no processo de reconciliação: “Alguns desses homens e mulheres têm estado na liderança para tratar de assuntos mais difíceis do processo de paz, trabalhando nas interligações de violência em pontos críticos; nas negociações de assuntos contenciosos; no desarmamento paramilitar; no engajamento com as vítimas de violência política e outros ex-combatentes e na promoção de incentivos para debate emergente sobre a redescoberta da verdade na jurisdição.”<sup>53</sup> Por meio desses comentários, pode-se discernir uma vinculação evidente entre a anistia concedida aos ex-prisioneiros, sua reintegração à sociedade e seus trabalhos subsequentes no campo da reconciliação.

### A Reintegração

A reintegração também tem ocorrido em diferentes níveis na Irlanda do Norte: a reintegração da região propriamente dita, reintegração das comunidades católicas e protestantes e a reintegração de ex-prisioneiros na sociedade em geral. Ao examinar a reintegração como um conceito, deve-se entender que é um processo bilateral que exige decisão e esforço pela parte que está sendo reintegrada e pela sociedade receptiva. Esta distinção é importante visto que a base tem que ser preparada nos dois lados.

**A reintegração regional.** A reintegração regional na Irlanda do Norte, política e economicamente, não apenas fortaleceu os laços entre as demais partes do Reino Unido e da Irlanda, mais também amplamente com a União Européia e até mesmo outras partes do mundo. Este tipo de reintegração foi estimulado por laços econômicos e unido por negociações e acordos políticos. Como tal, pode-se argumentar razoavelmente que era fundamental na ampliação de visão de muitos dos grupos na Irlanda do Norte, além do que se pode considerar como assuntos paroquiais (sem banalizá-los). Embora seja difícil substanciar, pode-se concluir que ao invés de sentirem-se travados em conflito mortal com o Reino Unido ou um a outro, muitos dos partidos políticos e dos paramilitares perceberam que os olhos do mundo os estavam vigiando. Por isso, podiam usar esta alta visibilidade para obtenção de vantagem na busca de suas metas por meios pacíficos, em particular ao estimular o apoio de outras nações para influenciar os Governos do Reino Unido e da Irlanda para reconhecer suas posições.

**A reintegração comunitária.** Um dos métodos mais eficazes que as forças de segurança podem empregar para diminuir a violência é a construção de barreiras físicas para separar as facções combatentes. Na Irlanda do Norte, as divisões que essas “muralhas da paz” criaram foram acentuadas pela demarcação de territórios, geralmente pintando-se murais, erguendo-se meio-fios ou hasteando-se bandeiras de partidos. Como o conflito progrediu, no entanto, as comunidades ficaram cada vez mais isoladas e entrincheiradas, não apenas física, mas também psicologicamente. Por isso, para o processo de reintegração, as comunidades precisavam superar as barreiras físicas e mentais.

Na Irlanda do Norte, é possível ver que, com o passar do tempo, policiamento eficaz contrabalança com a necessidade de barreiras físicas. Os impedimentos mentais de reintegração foram mais significantes; de fato, a maioria do trabalho de relações comunitárias na Irlanda do Norte foi baseada na suposição de que “embora tal separação física e mental exista entre as comunidades, medos e desentendimentos sobre as intenções finais de um a outro continuarão e assim tornarão a realização de quaisquer soluções políticas concordadas entre as comunidades até mais difíceis, e até mesmo, mais difíceis de se manter.”<sup>54</sup>

Por todo o percurso do conflito, o Governo do Reino Unido lançou iniciativas de relações comunitárias nos níveis nacional, regional e local. Talvez a principal entre elas fosse o Conselho de Relações Comunitárias (CRC), estabelecido em 1990 e planejado como “uma agência independente dedicada ao melhoramento das relações entre comunidades e à promoção de pacificações na Irlanda do Norte.”<sup>55</sup> Fitzduff, que era o primeiro diretor do CRC, aponta dois elementos significantes que capacitaram tais programas a iniciarem a realização de um nível de reintegração social. O primeiro foi uma ênfase na educação, quer dizer, dando aos participantes o conhecimento e habilidades necessários que podem ser usados para iniciar ou continuar o diálogo. O segundo foi o emprego de “parciais” como facilitadores. Tendo-se concluído por meio de experimentos que era virtualmente impossível para os dois lados considerarem um facilitador completamente neutro, iniciaram-se trabalhos para o desenvolvimento de um quadro de pessoas “parciais” ou “parciais informadas”, cuja lealdade era conhecida por ambos os lados, mas que estavam confiadas em deixar seus interesses de lado para a duração do diálogo comunitário. Esses indivíduos conseguiram “exibir franqueza em seus diálogos, receios e convicções políticas ao passo que asseguraram um processo produtivo para a discussão.”<sup>56</sup> Este mecanismo provou ser muito bem-sucedido e freqüentemente tem envolvido ex-prisioneiros, contribuindo assim para sua reintegração na comunidade.

**A reintegração de prisioneiros políticos.** Este aspecto da reintegração segue diretamente após a anistia e é mais um passo essencial no processo

de AR2. Segundo Gormally: “A libertação e a reintegração de prisioneiros constituem-se em um pré-requisito indispensável para a formação de uma sociedade participativa.”<sup>57</sup> Claro, a base para tal reintegração tem que ser preparada. A preparação ocorre nos dois lados do processo; por um lado, os ex-combatentes precisam estar preparados para fazer sua parte como cidadãos responsáveis de uma democracia; por outro lado, a sociedade recebendo-os tem que estar preparada para reconhecer que uma mudança já ocorreu, devendo aceitá-los conforme esses termos.

O papel significativo que prisioneiros políticos desempenharam, não apenas com parcialidade, mas também por todo o processo de paz na Irlanda do Norte, ajudou nesta fase de reintegração. Mais uma vez, Gormally aborda esta importância: “O papel ativo de prisioneiros e ex-prisioneiros no processo de paz abriu caminho para sua reintegração política... virtualmente todos os negociadores que representavam os partidos alinhados com os paramilitares durante os acordos de paz eram ex-prisioneiros.”<sup>58</sup> Em essência, tendo se entendido que mais violência não os levaria à obtenção de suas metas, muitos dos insurgentes procuraram reivindicar suas causas nos foros políticos.

Aos ex-combatentes foram concedidas as oportunidades de trabalho em foros patrocinados pelo Governo do Reino Unido, cuja atitude neste aspecto ajudou o processo. Tendo adotado uma atitude intencionalmente permissiva, o governo criou as condições que permitiram àqueles mais estreitamente ligados às organizações paramilitares reintegrarem-se a uma sociedade democrática. Esta situação ajudou a promover o processo político ao capacitar ex-prisioneiros e apoiadores a desempenharem um papel não violento e ativo, e ao assegurar que os paramilitares influenciassem seus partidários a apoiarem ativamente o processo político.

Ao mesmo tempo, a reintegração de prisioneiros políticos na sociedade da Irlanda do Norte não passou sem problemas. A maioria deles se originou das condições econômicas que ex-prisioneiros enfrentaram quando iniciaram seus processos de reintegração. Devido a uma carência de habilidades técnicas (devido ao tempo nas prisões), a aversão de empregadores a essas pessoas com uma “má reputação” e várias outras razões legais, muitos

tiveram dificuldades na obtenção de emprego.<sup>59</sup> Também, isso salienta a importância da sociedade de estar preparada para receber ex-prisioneiros. Gormally afirmou: “Ao excluir-se ex-combatentes de trabalhos convencionais, a paz duradoura fica difícil de se consolidar.”<sup>60</sup> Mais uma vez a comunidade internacional tem intervindo positivamente: a UE já iniciou um “Programa Especial para Apoio e Reconciliação que, ao proporcionar financiamento a comunidades para patrocinar “projetos de prisioneiros”, tem ajudado o processo de reconciliação e reintegração.

### Conclusão

As ações do Governo do Reino Unido para pacificar o conflito na Irlanda do Norte mostram algumas das dificuldades inerentes numa tentativa de equilibrar adequadamente as dimensões política, econômica e de segurança de uma sociedade para estabelecer as condições necessárias para a AR2. As seguintes observações mostram algumas das lições daquele processo de AR2:

- a internacionalização do problema e a caracterização da situação como um jogo de soma zero por parte do Governo do Reino Unido nos primeiros anos do conflito dificultaram o diálogo político significativo por décadas;
- ao invés do diálogo significativo, pode-se argumentar que as operações de segurança se tornaram um fim em si, sendo assim prejudiciais aos esforços gerais de AR2;
- pode-se argumentar, também, que o progresso não era real até que Sinn Fein foi introduzido no processo político, com incentivos econômicos significativos, junto com intermediários internacionais. Essas medidas deveriam ter sido tomadas nos 25 anos decorrentes de lutas militares;
- embora o Governo do Reino Unido possa afirmar que levou 25 anos para estabelecer as condições para o que seguiu, pode-se concluir

que a luta militar continuou por tanto tempo precisamente porque os passos acima não foram tomados mais cedo. Entretanto, o conflito serviu apenas para progressivamente dividir e empobrecer a sociedade na Irlanda do Norte; e

- a eficácia da mediação externa para auxiliar em assuntos políticos e econômicos deveria ter sido buscada mais cedo no processo. Apesar de assuntos de soberania, a imparcialidade de um intermediário externo claramente oferece benefícios, em particular quando o governo tem uma associação estreita e um interesse percebido para um dos lados.

Em resumo, qualquer abordagem para estabelecer as condições para a AR2 precisa ser abrangente, equilibrada e responsável. Deve tentar desenvolver processos políticos, econômicos e de segurança de uma forma que evite que uma dessas áreas tenha um impacto adverso em outras. Somente ao se conseguir resultados simultâneos em todas as dimensões será preparada a base para uma AR2 bem-sucedida.

Como parte das forças de segurança, as forças armadas têm um papel importante para desempenhar no estabelecimento da base de AR2. Principalmente, porque podem persuadir aos lados oponentes que os benefícios a serem ganhos (econômico, político e social) por meio de AR2 serão maiores do que os benefícios potenciais da continuação da luta. As forças militares têm que agir como uma ameaça às organizações paramilitares para assegurar que seus representantes negociem. As forças militares — de fato todas as forças de segurança — devem considerar os efeitos negativos de suas operações. As operações militares não devem ser vistas como um fim em si ou até mesmo como uma maneira para apoiar um governo legítimo, ao invés disso, devem ser consideradas em termos de suas contribuições aos processos essenciais de AR2.<sup>61</sup> **MR**

### REFERÊNCIAS

1. *The Oxford Dictionary and Thesaurus*, ed. por Sara Tulloch (Oxford, UK: Oxford University Press, 1997), s.v. “amnesty.”

2. *The Oxford Dictionary and Thesaurus* define “reconciliação” de várias maneiras 1. fazer amigável após uma alienação, 2. fazer aquiescente ou submisso com contentamento 3. a. resolver (uma briga etc.), 4. a. harmonizar; fazer compatível, b. mostrar a compatibilidade por meio de um argumento ou prática. *The Oxford Dictionary and Thesaurus*, ed. por Sara Tulloch (Oxford, UK: Oxford University Press, 1997), s.v. “reconcile.”

3. Esta conotação é de acordo com o entendimento de Lesley McEvoy, Kieran

McEvoy e Kirsten McConnachie que escreveram: “A negociação bem-sucedida do Acordo da Sexta-Feira Santa em 1998 já deixou que o processo de paz irlandês fosse considerado amplamente como um exemplo de uma reconciliação bem-sucedida entre inimigos afirmados.” “Reconciliation as a Dirty Word: Conflict, Community Relations and Education in Northern Ireland,” *Journal of International Affairs* 60, n°.1 (Fall 2006), p. 81.

4. BLOOMFIELD, David, *Peacemaking Strategies in Northern Ireland: Building Complementarity in Conflict Management Theory* (New York: St Martin’s Press Inc., 1997), p. 22.

5. *Ibid.*, p. 3.
6. CUNNINGHAM, Michael, *British Government Policy in Northern Ireland 1969-2000* (Manchester, UK: Manchester University Press, 2001), p. 161.
7. Existem muitos partidos políticos e paramilitares diferentes com agendas diversas que estão imprecisamente ligados por um desejo comum de preservar a união com a Grã-Bretanha. A maioria deles é classificada como “unionista” ou “lealista”. Para facilitar o entendimento deste artigo, usarei o termo “unionista” para me referir a todos esses grupos.
8. Da mesma forma, existem muitos partidos políticos e paramilitares diferentes com agendas diversas que estão imprecisamente ligados por um desejo comum de unir a Irlanda sob um governo e para a Irlanda do Norte de ceder de sua união atual com a Grã-Bretanha. A maioria deles é classificada “nacionalista” ou “republicana”. Para facilitar a compreensão deste artigo, usarei o termo “nacionalista” para referir a todos esses grupos.
9. AHERN, Bertie, “In Search of Peace: The Fate and Legacy of the Good Friday Agreement,” *Harvard International Review* 24 (Winter 2003): 26.
10. Bloomfield, p. 185.
11. FITZDUFF, Mari, *Beyond Violence: Conflict Resolution Process in Northern Ireland* (New York: United Nations Press: Incore, 2002), p. 79.
12. *Ibid.*, p. 28.
13. Editorial, “Peace in Northern Ireland,” *America: The National Catholic Weekly*, 30 de abril de 2007.
14. Fitzduff, p. 9.
15. Um outro evento-chave que de muitas maneiras capacitou e pode-se argumentar razoavelmente forçou o Primeiro-Ministro Blair em direção a esta medida foi a ação do Presidente Clinton de legitimar Gerry Adams e por sua associação proporcionar ao IRA um programa político oficial ao convidá-lo à Casa Branca em 1994.
16. *An Analysis of Military Operations in Northern Ireland* realmente argumenta que o Governo da Irlanda estava ativamente hostil ao Reino Unido: “O Governo da Irlanda, o qual tinha cooperado com Stormont (a sede do governo da Irlanda do Norte) durante a campanha do IRA de 1957-1962, era profundamente anti-britânico no final dos anos 60 e 70. Por isso, inicialmente não havia quase nenhuma cooperação através das fronteiras.” *Operation BANNER: An Analysis of Military Operations in Northern Ireland*, Army Code 71842, julho de 2006, pp. 3-6.
17. Bloomfield, p. 38.
18. DUNN, Seamus, “Northern Ireland: A Promising or Partisan Peace?” *Journal of International Affairs* 52, no.2 (Spring 1999): p. 729.
19. CASCIANI, Dominic, “Clinton: His Role in Northern Ireland,” *British Broadcasting Corporation*, disponível em: [www.news.bbc.co.uk/2/hi/uk\\_news/northern\\_ireland/1065913.stm](http://www.news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/northern_ireland/1065913.stm), acesso em: 5 de setembro de 2007.
20. Carl von Clausewitz, *On War*, trans. and ed. by Michael Howard and Peter Paret (New Jersey: Princeton University Press, 1989), p. 87.
21. The Portland Trust, *Economics in Peacemaking: Lessons from Northern Ireland*, maio de 2007, 7, disponível em: [www.portlandtrust.org/Economics%20in%20Peacemaking%20-%20Lessons%20from%20Northern%20Ireland.pdf](http://www.portlandtrust.org/Economics%20in%20Peacemaking%20-%20Lessons%20from%20Northern%20Ireland.pdf).
22. Comissão Europeia, “EU Programme for Peace and Reconciliation in Northern Ireland and the Border Region of Ireland (2000-2004) - PEACE II”. Disponível em: [www.ec.europa.eu/regional\\_policy/country/prordn/details.cfm?gv\\_PAY=UK&gv\\_reg=ALL &gv\\_PGM=2000RG161PO001&LAN=5](http://www.ec.europa.eu/regional_policy/country/prordn/details.cfm?gv_PAY=UK&gv_reg=ALL &gv_PGM=2000RG161PO001&LAN=5), acesso em: 22 de agosto de 2007.
23. Fitzduff, p. 99.
24. Conselho do distrito de Newry e Mourne, “Economic Development: Statistics: Northern Ireland’s Economic Statistics”, disponível em: [www.newryandmourne.gov.uk/economic\\_development/stats/economic.asp](http://www.newryandmourne.gov.uk/economic_development/stats/economic.asp), acesso em 12 de setembro de 2007).
25. *Ibid.*
26. *Ibid.*
27. CRAGIN, Kim e CHALK, Peter, *Terrorism and Development: Using Social and Economic Development to Inhibit a Resurgence of Terrorism* (Santa Monica, California: Rand, 2003), x.
28. *Ibid.*
29. A Polícia Real de Ulster era a força policial na Irlanda do Norte entre 1922 e 2001 e foi considerada por muitos na comunidade católica de ser dominada e leal aos protestantes e protetora dos paramilitares unionistas.
30. A Comissão Patton conduziu uma análise independente do policiamento na Irlanda do Norte e fez 175 recomendações sobre assuntos que variam desde a composição, tamanho e estrutura do serviço policial à criação de novas estruturas de responsabilidades, e enfatizou que direitos humanos e o policiamento comunitário devem ser sublinhados por todos os trabalhos realizados pelo serviço policial. No website do Serviço Policial da Irlanda do Norte, disponível em: [www.psn.police.uk/index/about\\_psn.htm](http://www.psn.police.uk/index/about_psn.htm), acesso em: 4 de setembro de 2007.
31. SNEDDON, S.E., “Northern Ireland: A British Military Success or a Purely Political Outcome?” (Defence Research Paper, Joint Services Command and General Staff College, Watchfield, UK, 2007), p.3.
32. *Ibid.*
33. GORMALLY, Brian, *Conversion from War to Peace: Reintegration of Ex-Prisoners in Northern Ireland* (Bonn International Centre for Conversion, Bonn: 2001), 2.
34. GORMALLY, Brian, McEVOY, Kieran, *Release and Reintegration of Politically Motivated Prisoners in Northern Ireland: A Comparative Study of South Africa, Israel/Palestine, Italy, Spain, The Republic of Ireland and Northern Ireland*, (Belfast: The Northern Ireland Association for the Care and Resettlement of Offenders (NIACRO)1995), p. 43.
35. *Operation BANNER: An Analysis of Military Operations in Northern Ireland*, parágrafo 855, pp. 8-15.
36. MOORE, Jonathon, “Paramilitary Prisoners and the Peace Process in Northern Ireland”, em *Political Violence in Northern Ireland: Conflict and Conflict Resolution*, Ed. Alan O’Day. (Westport, CT: Praeger Publishers, 1997), Capítulo 6, disponível em: [www.psi.praeger.com/doc.aspx?d=/books/questia/b702619/b702619-sect31.xml](http://www.psi.praeger.com/doc.aspx?d=/books/questia/b702619/b702619-sect31.xml), acesso em 2 de dezembro de 2007.
37. *Ibid.*
38. Mary Baber citando John O’Donoghue, num discurso no Dail (Parlamento irlandês). *Northern Ireland: The Release of Prisoners under the Northern Ireland (Sentences) Bill*, Relatório de Pesquisa 98/65 (London: House of Commons Library, 15 de junho de 1998), p. 24.
39. Moore, Capítulo 6.
40. O Acordo, p. 30, disponível em: [www.nio.gov.uk/agreement.pdf](http://www.nio.gov.uk/agreement.pdf), acesso em: 2 de dezembro de 2007.
41. *Ibid.*
42. *Blair jets in to woo Unionists*. BBC News, 14 de maio de 1998, disponível em: [www.news.bbc.co.uk/1/hi/events/northern\\_ireland/latest\\_news/93397.stm](http://www.news.bbc.co.uk/1/hi/events/northern_ireland/latest_news/93397.stm).
43. *As First Step in Peace Accord, Ireland Frees 9 IRA Prisoners*. CLARITY, James F., *New York Times*, 15 de abril de 1998, disponível em: [www.query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9B0CE4D9163CF936A25757C0A96E958260](http://www.query.nytimes.com/gst/fullpage.html?res=9B0CE4D9163CF936A25757C0A96E958260).
44. MITCHELL George J., *Making Peace* (New York: Alfred A. Knopf Inc., 1999), 131. Mitchell observa que: “Prisioneiros desempenham uma parte importante nas políticas de paz da Irlanda do Norte. São considerados por muitos em suas comunidades como heróis que lutaram para defender um estilo de vida e um povo oprimido. Suas opiniões são de significância especial aos partidos políticos associados com organizações paramilitares.”
45. Fitzduff, p. 10.
46. O papel do Grupo de Educação Política foi essencial para preparar muitos prisioneiros políticos para funções na vida pública. The role of the Political Education Group was critical in preparing many former political prisoners for roles in public life. Fitzduff, p. 102.
47. Os ‘Princípios Mitchell’ eram seis regras básicas acordadas pelos governos britânico e irlandês em fevereiro de 1996 como uma base para a participação nas negociações de paz. As partes integrantes das negociações tinham que afirmar seu comprometimento total e absoluto: aos meios democráticos e exclusivamente pacíficos para resolver assuntos políticos; ao desarmamento total de todas as organizações paramilitares; concordar que tal desarmamento devia ser verificado por uma comissão independente; renunciar por eles mesmos e opor qualquer esforço a outros para empregar à força ou ameaçar o seu uso, influenciar o processo ou resultado das negociações de todas as partes; concordar em ater-se aos termos de qualquer acordo das negociações de todas as partes e recorrer aos métodos democráticos e exclusivamente pacíficos na tentativa de alterar qualquer aspecto daquele resultado na qual podem discordar; e exortar que “assassinatos e espancamentos de punição acabem e tomar medidas eficazes para prevenir tais ações.” Mitchell, pp. 35-36.
48. Irlanda do Norte: Possibilidades para o Processo de Paz. Audiência perante o Subcomitê sobre Relações Internacionais, Câmara dos Deputados, 109º Congresso, Primeira Sessão, 25 de maio de 2005.
49. BAR-TAL, Daniel e BENNINK, Gemma H.. *From Conflict Resolution to Reconciliation*. Ed. Yaacov Bar-Siman-Tov. (Oxford: Oxford University Press, 2004). Capítulo 1: The Nature of Reconciliation as an Outcome and as a Process, p. 13.
50. *Ibid.*
51. Uma descrição completa desse fenômeno é feita por Marc Howard Ross em seu artigo “Ritual and the Politics of Reconciliation” em: *From Conflict Resolution to Reconciliation*. Ed. Yaacov Bar-Siman-Tov. (Oxford: Oxford University Press, 2004).
52. McEVOY Lesley, McEVOY Kieran e McCONNACHIE, Kirsten, p. 109.
53. *Ibid.*
54. Fitzduff pp. 32-33.
55. *Ibid.*, xiv.
56. *Ibid.*, p. 142.
57. Gormally, *Conversion from War to Peace: Reintegration of Ex-Prisoners in Northern Ireland*, p. 35.
58. *Ibid.*, p.13.
59. *Ibid.*, pp.19-20.
60. *Ibid.*, p. 22.
61. FM 3-22 afirma que: “O principal objetivo de qualquer operação de contra-insurgência é o fomento do desenvolvimento de um governo eficaz por meio de um governo legítimo.” *Field Manual 3-24: Counterinsurgency*. (Washington DC: U.S. Government Printing Office, 15 de dezembro de 2006), p. 1-21.